

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.201 - SP (2019/0009632-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : V DE S  
**AGRAVANTE** : I B DE S  
**ADVOGADOS** : SERGIO TASSIN E OUTRO(S) - SP390800  
MARCELO RENATO DAMIN E OUTRO(S) - SP260204  
**AGRAVADO** : S G N  
**ADVOGADOS** : GISELLE CRISTINA FUCHERBERGER BONFÁ E OUTRO(S) -  
SP321071  
THATIANE SILVA CAVICHIOLI E OUTRO(S) - SP312925  
FULVIA CAPPELLO E OUTRO(S) - SP290378  
**INTERES.** : V H DE S

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. CONCLUSÃO BASEADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por V. de S. e I. B. de S., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 176):

AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL. Sentença de improcedência. Recurso redistribuído pela Resolução nº 737/2016 e Portaria nº 02/2017.

Apela a autora sustentando haver escritura pública lavrada em cartório notarial indicando a coabitação entre a autora e o falecido convivente; há conta conjunta em agência financeira, com reservas para o futuro matrimônio; o casal vivia em união estável na casa dos pais da autora; a sentença deixou de apreciar o conjunto probatório, incidindo em cerceamento de defesa.

Cabimento. As testemunhas são inconclusivas. Não se pode nortear a decisão de reconhecimento de união estável, *post mortem*, em testemunhos contraditórios e conflitantes. Em favor do reconhecimento da união estável pesa a escritura pública lavrada pelo falecido, o informativo de conta conjunta e o fato de que a autora era beneficiária do *de cujus* no plano de saúde empresarial. O documento representa o último ato público de vontade do falecido, que reconheceu expressamente conviver com a autora. União estável reconhecida desde dezembro/2013 data em que foi lavrada a escritura pública.

Recurso provido.

Na origem, consta dos autos que o Tribunal de origem, reformando a sentença de improcedência, deu provimento à apelação para reconhecer a união estável havida entre a recorrida e o *de cujus*, filho dos recorrentes, no período compreendido de dezembro/2013, data em que foi lavrada a escritura pública, até novembro/2014, data em que o convivente veio a óbito.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 199-223), os recorrentes alegaram violação aos arts. 1.723 do Código Civil e às Leis. ns. 8.971/1994 e 9.278/1996.

Sustentaram, em síntese, que o acórdão recorrido, ao dar provimento ao recurso de apelação da autora, ora recorrida, não se atentou aos requisitos necessários para o reconhecimento da união estável, especificamente aquele relativo ao objetivo de constituição de família.

Ressaltaram que o caso em comento versa sobre o namoro qualificado, o qual não é considerado uma entidade familiar, por ausência de *affectio maritalis*, que é "a afeição conjugal ou o escopo de se constituir família, apesar de estarem presentes algumas características como estabilidade, intimidade e convivência" (e-STJ, fl. 208).

Discorreram sobre a Súmula n. 382 do STF, aduzindo, ainda, que o cotejo da prova documental com a prova testemunhal produzida leva à conclusão de ausência dos requisitos do art. 1.723 do Código Civil.

Pugnaram, ao final, pela reforma do acórdão recorrido a fim de declarar a inexistência de união estável entre a recorrida e o *de cujus*, ante a ausência de requisitos legais.

A decisão da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 244-245).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 248-268 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 322-333 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, observa-se que os recorrentes não especificaram os dispositivos violados em relação às Leis ns. 8.971/1994 e 9.278/1.996, a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência a respeito da tese de mérito, mas tão somente a menção genérica do texto normativo.

Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que a parte recorrente demonstre, de forma clara, os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

No tocante à apontada ofensa ao art. 1.723 do Código Civil, colhem-se os seguintes fundamentos utilizados pelo acórdão para reconhecer a questionada união estável (e-STJ, fls. 177-181):

Das testemunhas: à f. 105 Leila Roseli afirmou: "A autora e Vagner conviveram sob o mesmo teto como se casados fossem, durante uns 8 anos. (...) A casa onde a autora e Vagner residiam era da mãe da autora, que tinha salão de beleza, sendo certo que a depoente frequentava esse instituto e tomava conhecimento desses fatos. Esse tipo de vínculo se deu até o passamento de Vagner (...)".

À f. 106 Luiz Carlos asseverou: "Durante 3 ou 4 anos a autora namorou com Vagner. Em seguida, Vagner passou a morar com a autora nos fins de semana na casa da mãe da autora. (...)Este e a autora adquiriram móveis em comum, um guarda-roupa e uma televisão, mas não se lembra de outros bens que adquiriram. O depoente mora a três quadras da casa da mãe da autora".

À f. 107 Alcir Gonçalves contou: "O depoente soube de Vagner que ele apenas namorava a autora, não conviveram sob o mesmo teto.

O depoente não sabe onde a mãe da autora reside. O depoente era líder da seção de trabalho da Tecumseh do Brasil Ltda., onde Vagner trabalhava, esse foi o motivo daquela conversação. (...) Vagner

morava com os pais. (...) O namoro entre a autora e Vagner era sério destinado a contrair núpcias”.

À f. 108 Lucimara Martins afirmou: “A depoente é vizinha do imóvel pertencente aos pais de Vagner, e por isso pode afirmar que Vagner morava na casa dos próprios pais, o qual namorava Sabrina. (...)Vagner e Sabrina namoraram por mais de 5 anos, relacionamento que se interrompeu com a morte de Vagner ”.

À f. 109 Mario Alberto disse: “Vagner namorou a autora por 6 ou 7 anos. O depoente mora em outro bairro, vizinho daquele onde Vagner morava. Vagner jamais morou na casa da mãe da autora. O depoente sabe onde fica a residência da autora. O depoente trabalhou na mesma empresa que a autora. (...)Vagner, nos fins de semana morava na casa dos próprios pais”.

As testemunhas são absolutamente inconclusivas, parte afirma ter havido união estável (por período, inclusive superior ao alegado pela própria autora), parte reconhece tratar-se de namoro, sem nem sequer pretensão a casamento, fato é que não se pode nortear a decisão de reconhecimento de união estável, post mortem, em testemunhos contraditórios e conflitantes.

Em favor do reconhecimento da união estável pesa a escritura pública lavrada em 04/12/2013 pelo falecido (f. 33), o informativo de conta conjunta (f. 22) e o fato de que a autora era beneficiária do de cujus no plano de saúde empresarial.

Independentemente de a escritura pública ter sido ou não lavrada com a intenção de fraudar o plano de saúde, o documento representa o último ato público de vontade do falecido que reconheceu expressamente “Declaro para todos os fins e efeitos de direito, que a senhora S. G. N. (...) é MINHA DEPENDENTE ECONÔMICA E FINANCEIRA, e convive em minha companhia na Cidade de Ibaté, deste Estado de São Paulo, na Rua Washington Luiz, número 628, Jardim Mariana”.

Não havendo impugnação quanto à legitimidade da escritura e validade do ato, não há razão para afastar a declaração contida no documento público.

Por fim, a inconsistência dos endereços (na inicial a autora afirma que residia na casa dos pais do falecido e na escritura pública consta a informação de que residiam na casa dos pais da autora) é irrelevante para o deslinde da demanda, notadamente porque para que se reconheça a união estável nem sequer é necessária a coabitação.

[...]

De rigor o reconhecimento da união estável, desde dezembro/2013, data em que foi lavrada a escritura pública, até novembro/2014, data em que o convivente veio a óbito.

Da leitura das razões expendidas, constata-se que o acórdão salientou, expressamente em favor do reconhecimento da união estável, a existência de escritura pública lavrada pelo falecido, o informativo de conta conjunta e o fato de que a autora era beneficiária do *de cujus* no plano de saúde empresarial.

Nesse contexto, para rever as conclusões da Corte local que, a partir das

circunstâncias fático-probatórias dos autos, reconheceu a união estável estabelecida entre ora agravada e o falecido, seria imprescindível o reexame do mencionado suporte probatório, procedimento vedado pelo óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

